

COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO - PROGRAMA ARPA
Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Comitê do Fundo de Transição

Data: 14 de Julho de 2016	Local: Anexo MMA – SEPN 505 Norte, Bloco B, Edifício Marie Prendi Cruz, sala CT-01 - Brasília
Horário: 10:00 até 16:00 hs	
Número total de participantes: Número De Membros Institucionais: 05 Número De Membros Corporativos: 01 Número De Membros Individuais: Membros Do Governo: 01 Número de outros participantes 1) Consultor intrínseco – ICMBio - 01 2) Secretaria e outros observadores: 12 Listagem completa de participantes: em anexo Presidente da reunião: Antônio Paulo de Azevedo Sodré	
Agenda do Dia: <ol style="list-style-type: none">1. Boas vindas, encaminhamentos e deliberações da última reunião.2. Panorama sobre as mudanças de gestão no MMA e ICMBio3. Atualizações sobre composições e reuniões<ul style="list-style-type: none">• Comitê do Programa (CP)• Painel Científico de Aconselhamento (PCA)• Ministério do Planejamento no CFT4. Status de criação das novas UCs5. A questão da inserção dos OGs estaduais:<ul style="list-style-type: none">• Visitas aos estados• Contratação de consultoria• Dados de contrapartida6. Atualização sobre Condições de Desembolso7. Atualização sobre a elaboração do Regimento Interno do Subcomitê corporativo8. Execução Financeira:<ul style="list-style-type: none">• Atualização sobre o processo interno de compras• Apresentação dos dados de execução (até junho de 2016)9. Atualização sobre o modelo financeiro10. Observações sobre a política de investimentos11. Doação KfW:<ul style="list-style-type: none">• Atualização sobre o primeiro desembolso• Atualização sobre o acordo em separado para o FT12. Atualização sobre processo de contratação de novo gestor de ativos13. Eleição do presidente e vice-presidente do CFT14. Encerramento e confirmação das datas das próximas reuniões do CFT	

Anotadas as presenças de 05 membros doadores do Comitê do Fundo de Transição (CFT), Antônio Paulo de Azevedo Sodré (WWF Brasil), Meg Symington (WWF US) e Christian Lauerhass (KfW), Gustavo Fonseca (GEF), Avecita Chiccon (Moore) pelo MMA, Rafael de Sá Marques e do Consultor Intrínseco, o ICMBio, representado por Luiz Felipe Souza. Estiveram presentes também, Thiago

Barros (MMA), Bruno Pulier, Gilcimar Oliveira, (Anglo American) Marco Lentini (WWF-BR), Adriana Moreira (Banco Mundial), Manuela Muanis, Manoel Serrão, Ilana Nina, Mayne Moreira e Paulo Miranda do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio, instituição encarregada de exercer as funções de Secretaria Executiva do CFT.

O Presidente do Comitê do Fundo de Transição (CFT), Antônio Paulo de Azevedo Sodré, preside a reunião. O Presidente dá início aos trabalhos às 10:00h da manhã declarando aberta a reunião.

I. Item 1 da pauta aprovada: boas vindas, encaminhamentos e deliberações da última reunião e aprovação dos itens da agenda

Paulo Sodré abre a reunião cumprimentando a todos, lembrando a existência de 2 anos do CFT e faz um breve relato da última reunião, bem como aponta os assuntos a serem discutidos na presente reunião. Dada a palavra a Rafael Marques, do Departamento de Patrimônio Genético do MMA – DPG/MMA, o mesmo informa que não há intenções do governo em realizar mudanças na Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SBF/MMA em relação ao Programa ARPA, pois reconhece o bom trabalho que vem sendo executado pela Secretaria. Ressalta que há uma integração do DPG com a UCP – Unidade de Coordenação do Programa, abrangendo a repartição de benefícios, com a estratégia de gerar renda para as famílias das comunidades locais no norte do país, focada na construção no fortalecimento de uma cadeia produtiva para a conservação das florestas. Este projeto terá o objetivo de dar qualidade às Unidades de Conservação, iniciando um processo de discussões entre os departamentos. O projeto abrangerá um mecanismo, um fundo, no qual empresas farão contribuições para o mesmo. Este fundo está sendo criado. Foi implementado pelo Decreto 8.772/2016 e Lei 13.123/2016. Paulo elogia a iniciativa de criação de benefícios para comunidades locais. Rafael ressalta que a pobreza destas comunidades é estrutural, com a falta de recursos básicos da população e que uma bolsa verde, por exemplo, não garantiria uma justa repartição de benefícios. A repartição de benefícios vai estabelecer uma forma de gerir os mesmos de forma a fazer uma gestão adequada e estruturada dos recursos, com sua distribuição justa.

II. Item 2 da pauta aprovada: Panorama sobre as mudanças de gestão no MMA e ICMBio

Thiago inicia sua fala apresentando as mudanças de gestão no MMA e ICMBio, sendo:

Ministério do Meio Ambiente:

- **SECEX** – Marcelo Cruz
- **SBF** – José Pedro Costa
- **DAP** – Warwick Manfrinato (nomeação pendente)
- **Gerência de Projetos Especiais** – remanejada para SECEX
- **Coordenador do Programa** – Exonerado em 01/06/16
- **UCP/MMA** – Renata Gatti, Thiago Barros, Reinaldo Junior.

ICMBio:

- **Presidência** – Romulo Mello
- **DIMAN** – Paulo Carneiro
- **COPEs** – Rogério Baksys (nomeação pendente)
- **Pontos Focais** – Fernanda Santos, Andrea Carvalho, Alisson Cavalcante e Vandir Cruz.

III. Item 3 da pauta aprovada: Atualização sobre a composição e futuras reuniões do CP e PCA e MPO no CFT

Thiago informa que o Comitê do Programa (CP) foi reformulado. A última reunião ainda foi feita com a composição anterior. O decreto prevê que a estrutura de funcionamento será descrita por ato do Ministro do Meio Ambiente, descrevendo a composição e os prazos de mandatos. Declara que até o momento não recebeu indicação do Ministério do Planejamento e que está há 7 meses sem realizar a reunião do CP por falta deste representante. Não tem previsão de ocorrer a reunião e fala sobre a necessidade de maiores articulações políticas para que as indicações pendentes ocorram. Com relação ao Painel Científico de Aconselhamento (PCA), Thiago informa que foi realizada a primeira reunião, entretanto, as ações encontram-se suspensas devido ao momento de transição política. Rafael Marques informa que a Presidência orientou o corte de cargos nos Ministérios, no montante de 8%, afetando o Programa e que a instabilidade política é uma questão que transcende os esforços do Departamento de Áreas Protegidas (DAP). Marco Lentini do WWF manifesta a preocupação no sentido da UCP não ter um gerente.

Adriana ressalta a importância estratégica de programas como o ARPA para o MMA e ICMBio, pois se mostram como uma oportunidade para consolidar a interlocução regional entre governo e outros atores regionais envolvidos. E, a intenção de manter o Programa na SBF vem da lógica de estabelecer uma interlocução entre o sistema de áreas protegidas e outras áreas públicas na Amazônia, visando a paisagem como um todo e mantendo um diálogo com outros entes da federação, bem como áreas indígenas. Acrescenta ainda que, com o novo programa, Paisagens sustentáveis - parceria Sul-sul, que está sendo pensado juntamente com Colômbia e Peru, com apoio do GEF e que se aplica 3ª fase do programa, ajudará na consolidação dessa interlocução, pois o patamar mudará de nível regional para internacional. Isso é um aspecto importante e fundamental que o MMA deve levar em consideração na definição estratégica de alocação dos projetos devido ao destaque global que o Programa ARPA possui e como isso pode refletir na imagem do Brasil. Por fim, Adriana complementou que o novo secretário, José Pedro, assegurou respeito da segurança desses Programas e que pensou em definir um ponto focal diretamente dos gabinetes para acompanharem essa questão.

Gustavo Fonseca complementa dizendo que numa reunião realizada com a nova equipe da SBF, foi conversado a respeito das novas ideias para a próxima página do GEF. E a intenção

do momento é tentar articular argumentos que garantam a continuidade do Programa mencionado por Adriana. Então, a demonstração de comprometimento do governo longo prazo é realmente importante, pois a pressão dos 4 doadores com relação ao apoio contínuo a países com economia média é muito difícil. Logo, na falta ou retrocesso desse comprometimento pode gerar repercussões danosas para o Brasil.

Paulo completa informando que é um compromisso do Brasil com o que foi assumido e que a falta deste compromisso poderia afetar a sua imagem perante os parceiros. Manoel diz que é positivo o CFT fazer uma comunicação à SBF, manifestando essa preocupação com o Programa. **Paulo Sodré se dispõe a reunir-se com representantes do Funbio para conversar sobre este assunto e formalizar tal manifestação.**

IV. Item 4 da pauta aprovada: Status de criação das novas UCs

Thiago informa que não houve mudança no status de criação das novas UCs desde a última reunião do CFT, ocorrida em abril deste ano, permanecendo a seguinte situação:

	Nome da UC	Esfera	Área	Localização
1	RDS Rio Manicoré	Estadual	525.790	AM
2	Saracá Piranga	Estadual	77.000	AM
3	Marajó Central	Estadual	130.968	PA
4	Manissauá-miçu	Estadual	140.000	MT
5	Rebio Zona Costeira / Mar Territorial	Estadual	261.043	PA
6	Umirizal	Estadual	65.643	RO
7	Vale do Rio Corda	Estadual	30.600	TO
	Área Total prevista		1.231.044	

Thiago complementa informando que as áreas estaduais tendem a ter uma atuação menor, uma vez que possuem um espaço mais restrito que as federais. Adriana ressalta que estamos atingindo o um limite na criação de novas UCs, além de todo o esforço do governo em trabalhar a gestão das UCs para implementar o Código Florestal. Diz ainda que todas estas áreas foram criadas, tendo já resolvidas as questões fundiárias.

Marco Lentini comentou sobre uma reportagem publicada pelo Jornal *A Crítica*, de Manaus, que levantou uma questão relacionada à possível existência de constitucionalidade na criação das áreas em torno da região do Apuí (bloco de Unidades de Conservação criadas recentemente no sul do Amazonas). A reportagem sugere que o ICMBio mandaria uma nota técnica para o governo do estado do Amazonas esclarecendo todo o processo de criação. Marco diz achar fundamental esse posicionamento, pois a chance desse processo se desenvolver por argumentos que são obscuros, gera um risco de perda das áreas de proteção criadas e contraria as regras do Programa.

Adriana acrescentou que há muitos pedidos dentro Câmara de Deputados pedindo revisão dos limites das Unidades de Conservação. As áreas deste último bloco são menos complicadas

pois já foram criadas em terras que já estão com a questão fundiária resolvida, com realização de câmaras técnicas e envolvimento de vários ministérios e instâncias tangentes (Funai, ICMBio). O processo se assemelha ao da Terra do Meio, pois a intenção é preencher a lacuna no ecossistema antes do asfaltamento da BR que liga Porto Velho à Manaus, uma estratégia preventiva de chegar primeiro e preencher as áreas.

Luiz Felipe destaca que o ICMBio está verificando uma estratégia política de como se manifestar de forma a não inflar a discussão e acabar resultando num impacto negativo, mesmo porque estes processos de criação tiveram o envolvimento de diversos ministérios, logo, há muito arcabouço técnico e político para garantir e justificar as áreas criadas.

Thiago apresenta um mapa de áreas protegidas, analisando o cumprimento das metas e as oportunidades do Programa, garantindo maior conectividade entre uma área e outra. Meg pergunta sobre a conclusão do processo de criação das UCs estaduais. Thiago responde que depende de atos normativos do governo local para viabilizar como uma unidade criada. Há comprometimento neste sentido, viabilizando a articulação política para conclusão do processo.

V. Item 5 da pauta aprovada: A questão da inserção dos OGs estaduais:

Thiago informa que desde abril de 2016, não houve qualquer avanço no engajamento dos Estados, não tendo sido desenvolvidas atividades adicionais junto a estes. Relata os seguintes acontecimentos: que o processo de seleção para estudo de qualificação e sistematização dos dados financeiros de Estados e ICMBio foi reiniciado, que Roraima enviou documentação necessária à celebração do ACT e que o SBF enviou consulta aos Órgãos Gestores da Amazônia sobre oportunidade de criação de novas UCs.

VI. Item 6 da pauta aprovada: Atualização sobre Condições de Desembolso:

Thiago apresenta a tabela de atualização das condições de desembolso, abaixo transcrita:

1	MOP do ARPA alinhado com o Objetivo do Fundo de Transição	•Atualizado em outubro de 2015
2	Inexistência de perda líquida de UCs	•Ganho líquido de 6,7 milhões de hectares (59,2 Mha)
3	Relatórios Financeiros por UC	•Todos OGs enviaram contrapartida 2015
4	Plano de Consolidação	•Planos federal e estaduais elaborados em acordo com as metas do Programa

5	Requerimento por parte do MMA de Recursos adicionais para complementar o FT	<ul style="list-style-type: none"> • KFW (€31 milhões) – acordo em separado assinado e publicado; • GEF (US\$ 30 milhões) – PAD em elaboração; • BNDES (R\$ 80 milhões) – Funbio e MMA preparam nova proposta de Projeto ao Fundo Amazônia.
6	Aumento da execução orçamentária do ICMBio em 2014	<ul style="list-style-type: none"> • Meta alcançada
7	Monitoramento da conservação da Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de implementação nas UCs estaduais elaborado (dez/15) e em implementação; • IV Curso do Programa de Monitoramento – 8-12/ago – PE Cantão 22 UCs
8	Criação de novas UCs (conforme planejamento)	<ul style="list-style-type: none"> • 47,6% da Meta (2.857.359 ha criados – Meta: 6 Mha até 2015) • 7 propostas (1.231.044 ha) em diferentes fases
9	Aumento dos recursos Financeiros não- salariais	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de recursos para ICMBio, AM, TO (acima do projetado), RO (aquém do projetado – 20 mil) • Consultor para qualificação dos dados financeiros em processo de seleção
10	Desempenho de consolidação	<ul style="list-style-type: none"> • Planos de consolidação elaborados em acordo com as metas do Programa • Atualização em curso (FAUC 2016)
11	Número Funcionários	<ul style="list-style-type: none"> • Conforme Plano de Consolidação das UCs • Atualização em curso (FAUC 2016)

Em relação ao “Programa Paisagens Sustentáveis” através do qual o GEF via Banco Mundial fará a doação de U\$30 milhões do FT, Thiago atualiza os membros do CFT, com as seguintes informações:

Contratação de consultor para detalhamento dos componentes 2 e 3 do Projeto em curso; Contratação de consultor para preparação das Salvaguardas para o Projeto em curso; Reunião de Coordenação realizada em 7 de julho de 2016; Reunião do Comitê Diretivo a ser realizada na Colômbia no período de 24 a 26 de agosto de 2016; Definição da linha de base: METT –

FAUC 2016 – em curso, CO² - EX-ACT/FAO (comum aos 3 países) & Britaldo (em curso) e Sustentabilidade financeira – TT atualizada em abril 2016 e Mudança de Uso do Solo – devem ser usados os dados do TerraClass 2014.

MEG pede atualizações sobre a doação do BNDES. Thiago diz que as negociações não avançaram. Manoel complementa que estão sendo tratados alguns encontros com eles e que em breve será realizada uma reunião de “brainstorming” sobre desafios para manutenção do sistema de UCs. Entretanto, o principal entrave continua sendo a resistência do BNDES em colocar os recursos diretamente no Fundo de Transição utilizando as regras do mesmo. Christian ressalta que os outros doadores aceitaram estas condições e que KFW não fica confortável com a ideia de um doador operar de forma diferenciada.

Manoel ressalta que com o crescimento da taxa de execução não há mais o receio de não atender o compromisso com a MAC. Podemos repactuar, agora que há um prolongamento do Fundo Amazônia. Como conjunto das UCs migrando para o FT, conseguiremos atingir a execução. Lembrando que o compromisso inicial do Fundo Amazônia/BNDES era de 30 milhões Dólares e não de Reais.

VII. Item 7 da pauta aprovada: atualização sobre a elaboração do regimento interno do Subcomitê Corporativo

Bruno Pulier informa que na última reunião foram apresentados os pontos a serem incluídos no Regimento do Subcomitê dos Doadores Corporativos. Foi feita uma avaliação da proposta de Regimento entre os jurídicos do Funbio e da Anglo. Avecita pergunta sobre a quantidade de organizações que estarão dentro do Subcomitê. Bruno diz que atualmente é composto apenas pela Anglo. Mas se houver alguma doação dentro dos prazos limites estabelecidos pelo regimento, o doador será convidado a ingressar no Subcomitê. Paulo pergunta se Natura ou Boticário querem participar. Bruno diz que precisa avaliar se o prazo de 2 anos após o último aporte foi esgotado. Se não, poderia fazer o convite às empresas. Paulo pergunta se, por exceção, caso tenha passado estes 2 anos, estas empresas possam ser convidadas a ingressarem no Subcomitê por 2 anos. Todos concordaram. **Bruno se encarrega de incluir esta possibilidade no Regimento do Subcomitê e submeter a redação à ASJUR do Funbio.** Avecita pergunta sobre a possibilidade do Subcomitê ter o papel de procurar outras corporações para aportes, podendo contribuir com a iniciativa, mais especificamente a Natura e Boticário com novos recursos ou outras corporações. Bruno acredita que o Subcomitê tem papel importante nisso, mas o CFT, na pessoa do Paulo Sodré, se coloca à disposição em ajudar nessa questão. Manoel diz que tem um rol de 7 empresas que demonstraram interesse. Gilcimar da Anglo diz que o Subcomitê teria o papel de catalisador de novos recursos e tem voz para isso. Paulo propõe que ele mesmo, o Funbio e a Anglo façam contato com as empresas que Manoel mencionou. **O Funbio irá resgatar a lista de potenciais doadores corporativos já realizada anteriormente e repassar ao subcomitê. Nada mais a declarar.**

fica aprovado o Regimento, ficando a Anglo comprometida a enviar à ASJUR do Funbio, nos próximos dias, uma carta do CEO da Anglo indicando o Artur Liacre como Presidente do Subcomitê.

VIII. Item 8 da pauta aprovada: Execução financeira

Manoel Serrão apresenta o cenário de execução dos recursos do FT, bem como a tabela de projeção de execução de recursos até 2017, transcritos abaixo:

Período	Recursos executados	Recursos comprometidos + solicitados	Total (executados + comprometidos + solicitados)
Acum. (Nov/14 a Jun/2016)	R\$6,54 milhões	R\$2,03 milhões	R\$8,57 milhões
Investimentos	R\$875 mil	R\$1,00 milhões	R\$ 1,87 milhões
Manutenção	R\$5,67 milhões	R\$1,03 milhões	R\$ 6,70 milhões
Crescimento 2º trimestre /1º trimestre de 2016	R\$2,20 milhões	R\$0,43 milhões	R\$2,63 milhões

Mantendo-se a média de R\$257 mil ano por UC chegaremos em 2017 com a Execução total de R\$20 milhões do FT, valor aproximado a doação do WWF-US

DATA	VALORES DE EXECUÇÃO (35 UCs)
Acum. (Nov/14 a Jun/2016)	R\$6,5 milhões
Projeção (Jul/2016 a Dez/2016)	R\$ 4,5 milhões
Projeção 2017	R\$ 9,0 milhões
Projeção total até 2017	R\$20 milhões

Adriana indaga sobre a possibilidade de alteração do termo manutenção utilizada para classificação dos recursos, já que muitas vezes se entende “manutenção” como algo pejorativo, mas que na realidade é o grande investimento que podemos fazer nas UCs. Manoel ressalta que o crescimento expressivo da execução no último trimestre deste ano, deve-se por parte ao impacto da entrada de novas UCs e em parte as melhorias nos procedimentos realizadas por todas as instâncias. Na média foi alcançada a meta sugerida na última reunião do CFT. A projeção até o fim de 2017 é de se chegar a R\$ 20M. Manoel apresenta então os números atuais da área de aquisições e contratações do Funbio. A conta vinculada que tem um papel muito importante para execução precisa ser requalificada, tendo em vista que o modelo atual apresenta riscos para o Funbio e para o Programa Arpa. É preciso estudar outro

mecanismo para reduzir risco e impacto no tempo de execução. O volume maior nas aquisições do Funbio para o Programa no período se dá em eletrônicos e informática. Por isso foi lançado o 2º lote de informática. Foram implementados novos mecanismos para melhorar o volume de execução, como por exemplo, o cartão combustível, objetivando diminuir o volume gerido por conta vinculada e a compra pela internet com cartão de crédito. Ressaltou também, que haverá a implantação de mecanismos de controle para monitorar efetividade dos cartões.

IX. Item 9 da pauta aprovada: Atualização do Modelo financeiro

Manuela fala sobre a atualização do modelo financeiro, elaborado pela equipe do Funbio e do MMA (Thiago e Renata). Foi verificado se o modelo estava trabalhando com tetos altos demais frente a realidade, além da possibilidade de crescimento do número de UCs em grau II. Apresentou a média de custos dos marcos referenciais, bem como os custos médios de investimento e manutenção, com relação aos graus I e II, transcritos abaixo:

Investimentos – Valor médio por ano por UC para consolidação

Investimentos (Custo médio por ano)	Plano de Manejo	Formação do Conselho	Termo de Compromisso e CDRU	Sinalização	Demarcações Estratégicas	Levantamento Fundiário	Equipamentos Mínimos	Instalações Mínimas	Pesquisa-Inventário de Recursos Naturais	Monitoramento da Biodiversidade	Total
Grau I	R\$ 493.907	R\$ 201.221	R\$ -	R\$ 43.191	R\$ -	R\$ -	R\$ 269.195	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.007.515
Grau II	R\$ 530.493	R\$ 201.221	R\$ 166.668	R\$ 78.761	R\$ 252.774	R\$ 177.847	R\$ 620.692	R\$ 707.323	R\$ 158.792	R\$ 121.952	R\$ 3.016.525

Manutenção – Custo médio por ano por UC para manutenção

Manutenção (Custo médio por ano)	Plano de Manejo elaborado e revisado nos últimos 5 anos	Funcionamento do Conselho	Manutenção da Sinalização e Demarcação	Plano Básico Grau de Proteção	Equipamentos Mínimos	Instalações Mínimas	Monitoramento de Indicador biológico ou social	Operacionalização Geral	Total
Grau I	R\$ 57.927	R\$ 69.106	R\$ 12.194	R\$ 141.215	R\$ 48.945	R\$ 35.366	R\$ 75.000	R\$ 73.171	R\$ 512.925
Grau II	R\$ 57.927	R\$ 69.106	R\$ 24.388	R\$ 183.580	R\$ 112.853	R\$ 70.732	R\$ 75.000	R\$ 194.870	R\$ 788.457

Os custos são divididos entre os órgãos gestores (OGs) e o Fundo de Transição (FT)

A partir da consolidação dos dados, projetou-se 3 cenários para a necessidade de recursos do FT até 2039, onde se manteria o cenário atual de 63% Grau I e 37% Grau II, um outro cenário de 50 e 50% Grau I e Grau II e um último cenário em que as UCs de Grau II representariam 70% e Grau I, 30%. Nesse sentido, as necessidades do FT seriam de R\$479 milhões, R\$ 532 milhões, R\$593 milhões a valores presente, respectivamente. Manuela continua apresentando os valores que o Fundo deveria pagar até o fim do Programa. O pico é em 2018, depois vai descendo em decorrência da consolidação. Paulo ressalta que pode haver modificação de preços nesse período, mas nada que não possa ter sido previsto. Os fatores complicadores são as taxas de câmbio, inflação, as variáveis que influenciarão no preço. Paulo ressalta que temos que verificar o impacto no orçamento público pois o FT teria como absorver a passagem de grau I para grau II, principalmente se houver a captação no BNDES. Precisamos verificar as

contas e as UCs mais aptas a esse processo. Manoel sugere a criação de um novo estágio de consolidação, que seria como grau I com benefícios. **Thiago sugere voltar a discussão deste assunto na próxima reunião.**

X. Item 10 da pauta aprovada: observações sobre a política de investimentos

Paulo informa que não tem grandes novidades sobre o assunto em pauta, apresentando rapidamente o enquadramento dos investimentos às regras de políticas de investimentos. O limite de recursos no Brasil para os próximos 4 anos está projetado em US\$144,5 milhões e estão no Brasil o equivalente a R\$ 139 milhões. Essa diferença pode ser mantida dado que a execução vem sendo menor do que o projetado e não faltaria recursos.

XI. Item 11 da pauta aprovada: Doação do KfW

Christian explica que o KfW está avaliando a disponibilidade de recursos. Informa que se encontrará com Ilana para discutir sobre a formalização da transferência dos recursos KfW ainda alocados no FAP para o FT (20M Euros). Diz que o governo alemão está analisando a disponibilidade de recursos. Não há como garantir o 1º desembolso ao FT no valor de 10 milhões de Euros ainda este ano.

XII. Item 12 da pauta aprovada: atualização sobre processo de contratação de novo gestor de ativos

Christian apresenta lista de candidatos para processo de contratação de novo gestor de ativos. Ressalta a necessidade de excluir bancos da lista por questão de conflito de interesses e reputação mas que a razão da exclusão deve ser registrada. Manoel acrescenta que alguns conselheiros do Funbio fazem parte destes bancos, o que poderia configurar conflito de interesses e risco reputacional. Paulo acredita que poderia mesmo excluir estes bancos pela situação desconfortável dos mesmos em participar da seleção e no momento em que os bancos estão em situação complicada nas relações entre o Brasil e o exterior. Acha que poderia substituir bancos por gestores de ativos. Avecita diz que sua equipe financeira alertou que a Blackrock é uma instituição bastante confiável e sugeriu a Cambridge Associates mas essa não possui representatividade no Brasil. Paulo acha conveniente que a lista passe por todos os doadores antes de fazer a seleção. Antes de dar o próximo passo deve ser passada a lista para os doadores para não objeção. Christian apresenta o quadro de avaliação das empresas, dando sugestões de mudança nos critérios e pontuações:

- Item 1.1 – Ficar com 5 pontos
- Item 1.2 - Acrescentar nos parênteses “gestão de fundos e ativos verdes”
- Item 2.1 – reduzir para 15 pontos e manter o texto original
- Item 2.2 – reduzir para 15 pontos e manter o texto original e criar uma nova caixinha com o texto sugerido em vermelho (talvez um novo 2.3).

- Item 2.3 - voltar para 25:

O quadro consolidado com as mudanças sugeridas ficou da seguinte forma:

		Pontuação	Proposta	Proposta
			CGA Funbio	CFT
1.	Experiência dos últimos 10 anos	25	30	25
1.1	Tempo de atuação como gestor de ativos	5	10	5
1.2	Experiência internacional como gestor de ativos (clientela, tipos de fundos administrados, reputação, montante gerido, manutenção de clientes, gestão de fundos e ativos verdes)	10	20	20
2.	Qualificação específica ao projeto	75	70	75
2.1	Avaliação dos conhecimentos técnicos específicos a gestão de investimentos similares, inclusive montante gerido e equipe de gestão e interface com o cliente	20	20	15
2.2	Avaliação da disponibilidade na instituição de profissionais de gerência e supervisão com vistas às tarefas previstas (CV Gestores Seniors e CV Diretores)	20	20	15
2.3	Avaliação de riscos de conflitos de interesse e segregação de riscos corporativos			15
2.4	Avaliação do retorno, volatilidade e custos em carteiras de investimentos similares nos últimos 10 anos.	25	20	20
2.5	Forma e conteúdo dos documentos entregues e sua relevância para os serviços a serem prestados	10	10	10
Total		100	100	100

Com relação à indicação de nomes dos técnicos para participarem do processo de seleção, Christian lembra que Aylton Coelho sugeriu que sejam 4 do Comitê de Gestão de ativos (Comitê de seleção) e 4 dos doadores (Subcomitê de seleção). **Avecita, Meg e Christian disseram que poderiam indicar e teriam uma semana para indicar os nomes. WWF Brasil deverá indicar o nome também. Para tanto, o Funbio enviará um e-mail para Marco Lentini solicitando um nome para o WWF Brasil.** Christian apresenta cronograma para processo de contratação, com previsão de finalização do processo para final de março de 2017.

XIII. Item 13 da pauta aprovada: Eleição do presidente e vice-presidente do CFT

Por unanimidade de votos, fica reeleito o Antonio Paulo de Azevedo Sodré, como Presidente, e Avecita Chicchón, como Vice-Presidente, do Comitê do Fundo de Transição.

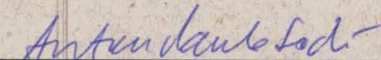
XIV. Item 14 da pauta aprovada: Encerramento e confirmação das datas das próximas reuniões

Paulo informa que a próxima reunião do CFT está agendada para 17/11/2016 no Rio de Janeiro, na sede do Funbio. Paulo pergunta se nessa reunião será aprovado o orçamento. Ilana diz que não. Será aprovado somente no final de 2017, para o biênio 2018/2019. Ilana sugere as reuniões para o próximo ano sejam agendadas sempre nos últimos 10 dias do mês para que o Funbio possa trazer dados financeiros consolidados do mês imediatamente anterior.

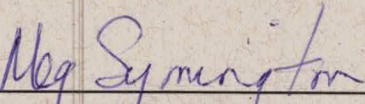
Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião. Lavrada esta ata, lida e achada conforme, assinam-na o Presidente e os membros presentes, bem como a secretária e os demais integrantes da Secretaria Executiva do CFT presentes à reunião.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 2016.

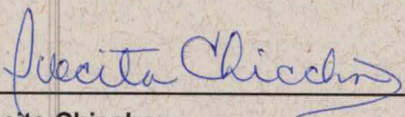
Membros do CFT institucionais:



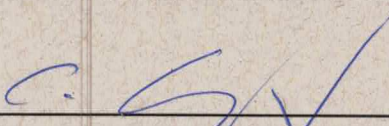
Antonio Paulo Sodré (WWF/Brasil)



Meg Symington (WWF/US)



Avecita Chicchon



Christian Lauerhass (KfW)

Gustavo Fonseca (GEF/Brasil)

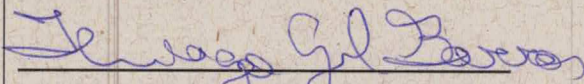
Membro CFT Corporativo:

Bruno Pulier (Anglo American)

Membro CFT Governo:

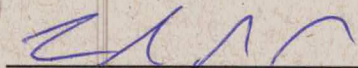
Rafael de Sá Marques (MMA/Brasil)

Equipe técnica do Governo:



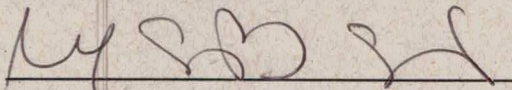
Thiago Gil Barros (MMA/Brasil)

Consultor Intrínseco:



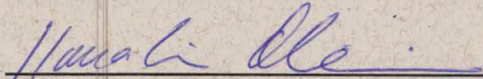
Luiz Felipe Souza (ICMBio)

Secretaria Executiva do CFT:



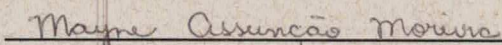
Manoel Serrão

Superintendente de Programas do Funbio



Ilana Nina de Oliveira

Gerente do Programa Arpa no Funbio

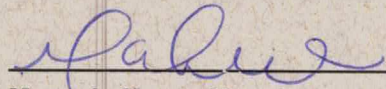


Mayne Assunção Moreira

Assistente do Programa ARPA

Paulo Miranda

Assessoria Jurídica do Funbio



Manuela Mosse Muanis

Consultora